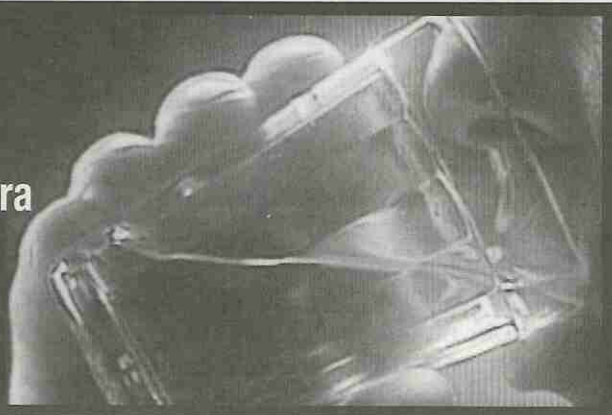


Governo federal tenta apressar a privatização do Setor de Saneamento e esquento o debate sobre a mudança da lei que emperra o processo em Brasília. Prefeitos também resistem e se mobilizam contra a perda da titularidade



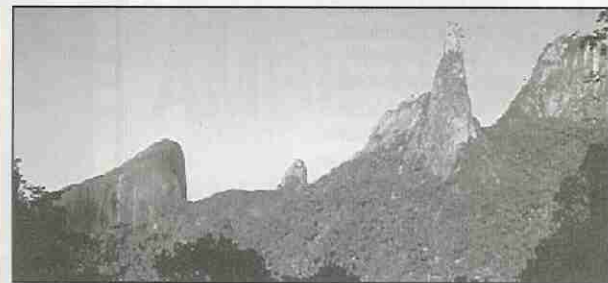
Marcha a Brasília contra privatização

Se o governo federal pensa que vai conseguir privatizar o Saneamento sem muita resistência está completamente enganado.

Além da movimentação dos partidos de oposição, que já prepararam um projeto alternativo à proposta do Senador licenciado e ministro da Saúde, José Serra (PSDB-SP), transferindo a titularidade dos serviços para os estados, uma marcha de prefeitos até Brasília está sendo montada, como forma de protesto dos municípios contra a perda da titularidade no setor de Saneamento. O prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), já tem posição contrária ao projeto de Serra e diz que “os prefeitos não aceitam perder a titularidade sobre os serviços de Saneamento Básico”. Não queremos perder as empresas de Saneamento para os estados”, disse.

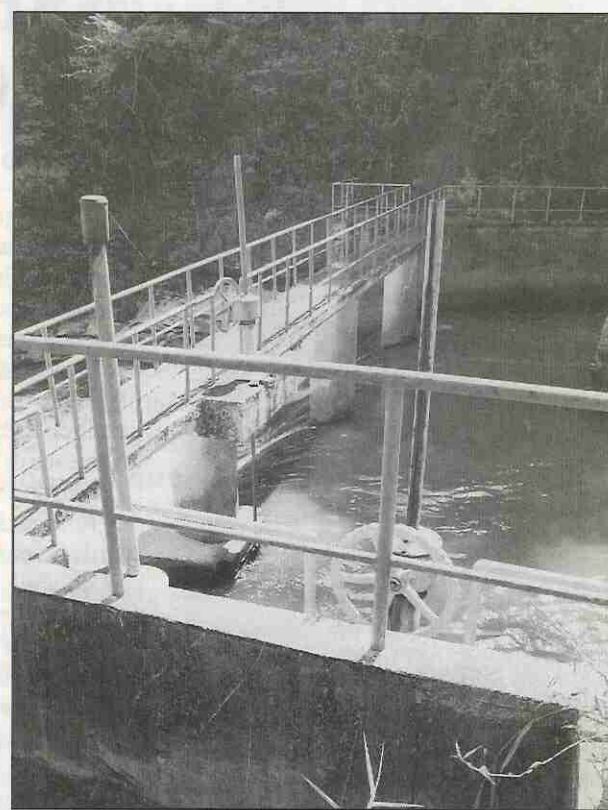
Por sua vez, o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sérgio Cutolo, em debate com deputados na comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, no último dia 26, defendeu abertamente a privatização das companhias estaduais de Saneamento. Cutolo confirmou que o governo ainda está elaborando uma proposta alternativo ou complementar ao projeto de lei 266: “Estamos também aguardando os estudos do BNDES que está fazendo a modelagem da privatização do setor”.

Já o presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal, deputado Inácio Arruda (PC do B-CE), disse que as Companhias Estaduais arrecadam R\$ 7 bilhões vendendo os seus serviços: “É um superfilão”, frisou. Arruda considerou que o projeto do governo vai provocar “uma guerra entre os prefeitos e o governo federal”. Mas para o deputado Professor Luizinho (SP), o governo não devia insistir apenas na privatização. A opção é vender as ações sem perder a titularidade. “Captar recursos sem entregar as empresas”, sugeriu o deputado durante o debate com Cutolo, em Brasília. (Páginas 4 e 5)

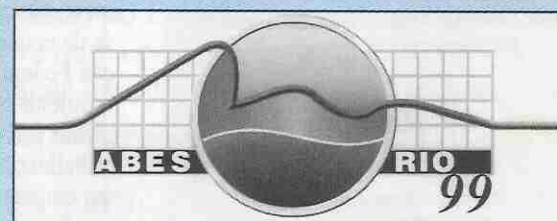


Teresópolis entra na guerra pela preservação da Cedae pública

(Página 6)



Saneamento em debate



Os técnicos da CEDAE e sócios da ASEAC não devem deixar de participar do 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que será realizado de 10 a 14 de maio, no Riocentro. O Jornal da ASEAC publica nesta edição um encarte especial com as propostas da Associação para a gestão pública do Saneamento.

Associação dos Empregados de
 Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
 Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
 Telefax: 253-7482
 Home Page: aseac.com.br
 E-mail: aseac1@ism.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
 Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
 Antônio Carlos Álvares Grillo
 Diretor Representante dos Aposentados
 Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
 João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores

Sérgio Rego Rodrigues
 Advogados

Sueli Kolling Turano

Analistas de Sistemas

César Lima da Graça

Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Aposentados

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Peixoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

Contadores

Sérgio Pereira

Demais Categorias

Evandro Rodrigues de Brito

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr Bittencourt de Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo e Carlos Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José Carlos Filippo e David Fink. Suplentes: Antônio Bastos de Oliveira e Luiz Fernando F. Rodrigues.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério
 MTB: 12.524/RJ

Editor de Arte

Silvio Marinho

Assistente de Arte

J. Paulo

Abril de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares



Os técnicos estão cobrando ao governador a autonomia que prometeu dar à CEDAE durante a campanha

ASEAC quer CEDAE fora do Caixa Único do Tesouro

Decisão desrespeita acionistas da Empresa e regras do Mercado Mobiliário

"Se o governador Anthony Garotinho não cumprir a sua promessa de dar autonomia administrativa e financeira para a CEDAE, dificilmente a Empresa poderá sair das dificuldades em que se encontra, prestando um serviço de melhor qualidade à população". A análise é da diretoria da ASEAC, que resolveu não aceitar a decisão do chefe do Executivo estadual de reincluir a CEDAE no regime de Caixa Único, conforme o decreto n.º 25.226, do último dia 30 de março.

Em função disso, a Associação, na qualidade de acionista da Companhia, entrou, no dia 19 de abril, com mandado de segurança com pedido de liminar contra o governador Anthony Garotinho. Paralelamente, a ASEAC solicitou, ainda, à Justiça Federal que notifique a Comissão de Valores Mobiliários - CVM - entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda - sobre a decisão do Governador, tendo em vista a sua função fiscalizadora e disciplinadora do mercado de valores mobiliários.

Segundo o advogado Marcello Cerqueira, que patrocinou a ação, o decreto n.º 25.226 é inconstitucional, pois a CEDAE é uma empresa de economia mista: "Estabelece a Constituição Federal que a sociedade de economia mista sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias. Ou seja, através dessas empresas, o Estado atua como se fosse empresa privada, suportando as mesmas obrigações que as leis dela exige".

Além disso, Marcello Cerqueira alega que o princípio de ordem pública assegura ao acionis-

ta fiscalizar a gestão dos negócios sociais e, igualmente, a sua participação nos lucros sociais. Por outro lado, o fato de o Estado ser o maior acionista da Empresa não o confunde com ela. Para o jurista, o governo do Estado não pode confundir receita pública com receita oriunda de sociedade de economia mista, em face das regras constitucionais e legais.

Irregularidade

No pedido de notificação à CVM pela Justiça Federal, o advogado e Jurista Marcello Cerqueira chama a atenção para o fato de que na definição de competência da CVM, no que se refere à organização e funcionamento do mercado de valores mobiliários, "certamente não está a de permitir que o governo do Estado, abusivamente, transfira para o Caixa Único do Tesouro Estadual recursos de empresas estaduais de economia mista". Ao contrário, segundo argumenta, a CVM "proteger os titulares de valores contra atos ilegais de administradores".

Com base nisso, a ASEAC solicita à Justiça que intime o governador do Estado a prestar informações ou esclarecimentos sobre as "graves denúncias" e a confirmar com a CEDAE se os recursos da Companhia estão, de fato, sendo recolhidos ao Caixa Único do governo. Além disso, quer saber, também, quanto desses recursos, compulsoriamente recolhidos ao Caixa único do Tesouro retornam aos cofres da Empresa, solicitando a quantificação desses valores.

"As sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas. O fato de o Estado ser o maior acionista da Empresa não o confunde com ela."

Internet facilita o Ingresso de novos associados

Os empregados de nível universitário da CEDAE que desejarem tornar-se sócios da ASEAC já podem preencher sua ficha cadastral pela Internet. Basta acessar a "home-page" da entidade (www.aseac.com.br) e localizar o "link" de cadastramento de novos sócios. Outra novidade também está à disposição dos internautas que já são sócios da entidade: se o associado mudou de endereço ou de local de trabalho na empresa e quiser atualizar os dados de seu cadastro na ASEAC também pode fazê-lo via Internet. Para isso, deve selecionar a opção recadastramento dentro do formulário, no "link" de cadastro, informando os novos dados e sua ficha cadastral será imediatamente atualizada.

Mas as novidades na "home-page" da ASEAC não param por aí. Desde março, o "site" da Entidade na Internet foi incluído nos sistemas de pesquisa e busca da Grande Rede, como "Cadê", "Zeek", "Aonde", "Yahoo" e "Aonde Ir". Depois da inclusão da home-page da ASEAC nesses sistemas, foi registrado um aumento significativo no número de consultas à página. Mais do que isso: usuários dos serviços da CEDAE estão usando o "Site" da ASEAC para obter informações ou comunicar a Empresa sobre problemas de abastecimento de água nas suas regiões. Todas as reivindicações, queixas e solicitações à CEDAE que chegam à ASEAC via Internet são imediatamente encaminhadas ao gabinete da presidência da Empresa, para as devidas providências.

A partir de meados de abril, o internauta que se interessa por assuntos ligados ao setor de Saneamento, tanto no que diz respeito a aspectos técnicos como científicos e de pesquisa, encontrará na home-page das ASEAC um cadastro dos demais "sites" da Grande Rede dedicados a esses temas.

Errata

O Senador Josaphat Marinho é o autor do parecer que define que a "titularidade do Saneamento é compartilhada" entre estados e municípios nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e micro regiões. Este parecer foi dado ao projeto de lei 266 do ex-Senador e atual Ministro da Saúde, José Serra, que definia que em Regiões Metropolitanas a titularidade era do Estado. No último Jornal da ASEAC, este parecer foi atribuído, ao Ministro Maurício Correia, relator de Ações de Inconstitucionalidades - ADINs - em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Maior empresa do Estado e segunda maior do País, a CEDAE mantém cerca de 13,6 mil km de rede de abastecimento de água – quase a distância do Rio a Paris – e 4,3 mil km de redes de esgotos, que atendem a aproximadamente 6 milhões de pessoas.

Exercendo um papel social de extrema importância, a CEDAE gera cerca de 10 mil empregos diretos e milhares de outros indiretos nas áreas de construção civil, consultoria e projetos, serviços e indústrias de equipamentos e materiais de Saneamento.

A CEDAE tem hoje um faturamento anual de cerca de R\$ 1,2 bilhão, revertendo a sua receita para novos investimentos em Saneamento Básico, ao contrário das multinacionais privadas, cujo objetivo é meramente a obtenção do lucro financeiro.

Encarte Especial Jornal ASEAC

Ano III - Abril /1999



CARTA AO 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

A ASEAC - Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE - preocupada com as ameaças que pesam sobre o Saneamento ambiental em todo o País e valendo-se da experiência singular vivida no Estado do Rio de Janeiro, onde foi derrotado o projeto de privatização patrocinado pelo governo do Sr. Marcello Alencar, consonante com as intenções do Governo Federal, traz, pela presente carta, nossa modesta contribuição para o embasamento da resistência que possa ser montada em todos os estados brasileiros contra o projeto de privatização do governo federal.

CRONOLOGIA DE UMA VITÓRIA

Primeiro foi a luta contra a privatização da CEDAE dentro do Governo Marcello Alencar. Não que houvesse, dentro desse governo, grupos com posições ideológicas diferentes. O que havia eram interesses divergentes. Explorando estas divergências, ganhamos alguns meses.

Nesta fase, preparamos nossa proposta de um novo modelo de gestão para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE. Buscamos novos aliados para a etapa seguinte e iniciamos o trabalho de subsidiar o Poder Judiciário, não somente com informações de caráter jurídico, mas, também, com referências aos interesses políticos e econômico-financeiros em jogo.

A batalha seguinte se deu contra o projeto de privatização do governo Marcello Alencar, com aliados importantes ao nosso lado: as prefeituras do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e de Campos, naquele momento contrárias àquele projeto; alguns desembargadores do Tribunal de Justiça; deputados estaduais; vereadores e representativas entidades de classe e da sociedade civil organizada. As bases para o alinhamento destas forças foram a divergência na interpretação jurídica do poder concedente, particularmente nas Regiões Metropolitanas e, principalmente, a contradição entre os objetivos finais da gestão pública e da gestão privada do Saneamento.

Papel decisivo desempenhou a posição contrária à privatização dos dois candidatos ao Governo do Estado, que detinham mais de 80% das intenções de voto.

Ao mesmo tempo, a ação das entidades de todo o

Brasil, ligadas ao Saneamento, contribuiu para o parecer do então senador Josaphat Marinho, relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, que pôs a questão do poder concedente nas Regiões Metropolitanas sob a ótica da decisão conjunta do Estado e dos Municípios, contrariando, assim, lei estadual que atribuía ao Estado o poder concedente nas Regiões Metropolitanas e microrregiões no Rio de Janeiro.

Concomitantemente, no Supremo Tribunal Federal (STF) tramitavam três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) arguindo a lei estadual complementar 087/97, que dava sustentação ao projeto de privatização do governo Marcello Alencar. Apesar das insistentes pressões exercidas pelos diferentes níveis do Governo do Estado junto à Suprema Corte, esta se manteve numa posição de respeito à legalidade. É de se destacar as duas decisões do Presidente da Suprema Corte que impediram a realização do leilão.

Toda essa luta foi desenvolvida em processo crescente de participação e de unidade dos trabalhadores da CEDAE. Foi essa unidade que permitiu ganhar o apoio de expressiva parcela da população, apesar das campanhas milionárias feitas na mídia denegrindo a imagem da CEDAE e de seus trabalhadores, para justificar o processo de privatização. Depois das eleições de outubro, a posição coerente do governador eleito Anthony Garotinho foi fator determinante para derrotar, na Assembléia Legislativa, o projeto de privatização da CEDAE.

Comprometida com a preservação do Saneamento Básico como instrumento de Saúde Pública, a CEDAE mantém o mecanismo do "Subsídio cruzado", que vem permitindo reorientar a receita obtida junto às camadas mais favorecidas para atender as de menor renda.

Dona da maior Estação de Tratamento de Água do Mundo - a ETA do Guandu - a CEDAE produz cerca de 4,8 bilhões de litros de água tratada por dia, para atender a cerca de 12 milhões de pessoas em todo o Estado do Rio de Janeiro

Duplicado em 1994, o Sistema Guandu tem capacidade para captar, hoje, 80 mil litros/Seg. de água bruta, através de dois túneis de 40 mil litros/Seg. cada um, escavados na rocha, o que lhe permite duplicar também o atendimento à população com água tratada.

POLÍTICA ATUAL DO GOVERNO FEDERAL

A diretriz neoliberal do governo federal continua devastando os setores produtivos e privilegiando a especulação financeira. A insana escalada avança, também, sobre o setor de Saneamento, alardeando mentiras para a sociedade, através de entrevistas direcionadas a mostrar as mazelas das empresas públicas de Saneamento, sem, contudo, mostrar suas vantagens, nem esclarecer as reais causas.

A partir da tentativa de convencimento da sociedade de que o Saneamento ambiental público é irrecuperável, tenta facilitar as manobras capazes de manter o projeto original PLS 266, de autoria do então Senador José Serra, ignorando o substitutivo do então Senador Josaphat Marinho, aprovado, por unanimidade, na CCJ do Senado Federal.

O principal argumento dos defensores da privatização é a falta de recursos do estado para os investimentos necessários na eliminação do déficit de cobertura dos serviços de Saneamento. Ao nosso ver, essa é mais uma mentira para ofuscar a opinião pública, pois o capital privado não irá investir no Saneamento, vez que, quando investimentos forem necessários, eles serão captados em instituições nacionais e internacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, a Caixa Econômica Federal - CEF-, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e o Banco Mundial - BIRD, os quais serão reembolsados pelos usuários do sistema, através da tarifa. O que este segmento quer deste novo "negócio" é o lucro fácil, com a negação do direito das populações carentes ao Saneamento ambiental.

O recente episódio da desvalorização do real, transferindo para alguns bancos, nacionais e estrangeiros, bilhões de dólares, desmente a afirmativa de que não existem recursos para aplicar na área social e, em especial, na de Saneamento Ambiental.

A NOVA CEDAE

A superação dos obstáculos, representados pelo sucateamento realizado pelo governo estadual anterior e pela pressão do governo federal para privatizar a CEDAE, tem como condição prévia a vontade política de seu acionista majoritário em transformá-la numa empresa moderna, democrática e eficiente. Esta condição foi lograda, em outubro de 1998, com a eleição do governador Anthony Garotinho. Entretanto, a fragilidade da situação financeira do Estado do Rio de Janeiro, encontrada pela nova administração, bem como os compromissos assumidos em março de 1999 pelo governo federal, quando da assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI -, especialmente no item 27 do Memorando de Política Econômica, trazem novas dificuldades para realizar este projeto. Face a esta situação a ASEAC - Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE - vê como indispensável o cumprimento de algumas condições para levar a CEDAE à posição almejada pelos seus trabalhadores, a saber:

- A)** reforçar a unidade dos trabalhadores da CEDAE em torno das linhas e metas principais dos modelos de gestão elaborados por suas entidades de classe e da diretoria comprometida com a realização de tais objetivos;
- B)** a partir dos projetos citados e da realidade encontrada pela nova administração da CEDAE, implementar, com a participação de todos os trabalhadores, um Plano Emergencial de recuperação da Empresa;
- C)** em conjunto com a nova administração, potencializar o trabalho junto à sociedade fluminense, a fim de que ela venha a dar suporte ao governo estadual para resistir à pressão do governo federal para privatizar a CEDAE;
- D)** estabelecer e desenvolver com os municípios do Estado do Rio, atualmente servidos pela CEDAE, uma relação democrática de parceria, com vistas a universalizar e melhorar o atendimento das necessidades de Saneamento básico de seus habitantes;
- E)** estreitar os laços da ASEAC com a Frente Nacional de Saneamento Ambiental e respectivo ingresso formal.

Por fim, é proposta da ASEAC a inclusão desta nossa experiência nos anais, como recomendação do 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, para subsidiar a luta de resistência à privatização das Empresas Públicas de Saneamento.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1999.

A Diretoria da ASEAC.

Em busca do entendimento

Por força de seu objetivo, bem definido, a ASEAC não se curva ao jogo dúbio. O que se tem praticado, nesta luta contra a privatização do Saneamento Básico, que, como consequência, levará a Cedae pública a se escoar pelo mesmo "cano", impede-nos de nos comportarmos como o "faz de conta".

Já reconhecemos, publicamente e pôr diversas vezes, que Anthony Garotinho, hoje nosso governador, foi o nosso aliado maior e salvador. Entretanto, não deixaremos de reagir se, em alguns momentos, ele deixar escapar, novamente, declarações ou tomar decisões que nos levem, até a certeza, de que deixou de ser o defensor da gestão pública do Saneamento Básico, traidor os compromissos de campanha. Não querendo ser pretensioso e tendo em vista as remessas, oxalá, o governador venha lendo os nossos jornais para entender que somos guerreiros vigilantes.

Anthony Garotinho tem se mostrado um homem inteligente e sagaz. Todavia, como as grandes inteligências, imagino que não abra mão da crítica e da oposição. É a avaliação sincera, em tese, dos discordantes que o impulsionarão para caminhar dentro das paralelas da passarela da vitória, contra a privatização do saneamento básico.

Acredito, por isso, que ele quer, também, seus correligionários como críticos. Ao contrário, poderemos não estar ajudando. O silêncio esconde verdades que provocariam reavaliações e reconsiderações.

Meus caros colegas, compreendo o afã de querer demonstrar que valeu a sua indicação e ocupação deste ou daquele cargo. Mas não aceito o isolamento na ação. Não soma porque não está no contexto da unidade, embora louvável o desgaste físico e mental no trabalho árduo diário. Reduz, desta forma, o ângulo e a distância da visão, porque não está de cabeça erguida como os grandes craques que jogam em equipe. Cria fantasia de sucesso ou do dever cumprido, solitariamente.

Vamos despertar. Vamos nos reunir, como unidos fomos em passado bem recente, para trazer a Cedae à viabilidade.

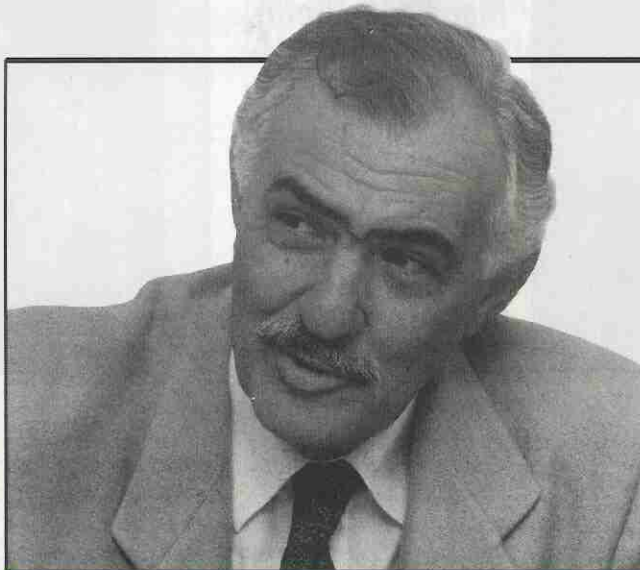
Não devemos permanecer sonâmbulos na ilha da fantasia, quando no continente o armamento pesado está sendo ajustado na posição do alvo para nos arrasar.

Não devemos ser uma presa fácil, enfraquecida ou moribunda. Do jeito que estamos e a continuar como tal, estaremos praticando os vícios que nos tornarão carcomidos e o inimigo "privatização" ficará frustrado, vez que, no lugar da luta, fará ocupação melancólica. Vai nos mostrar como fazer o que sempre soubemos fazer: - gerenciar, tecnicamente, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário do Estado do Rio, através de uma das maiores empresas de Saneamento da América do Sul, por nós constituída, há pelo menos 30 anos, com uma diferença, fundamental, de que utilizamos o econômico para atingir o social pleno, ao passo que ela praticará, com esmero, a exploração e, até, o abandono do social para atingir o econômico. É o lucro. Já temos prova disto, como em Paranaguá, no Paraná.

Não há recursos financeiros disponíveis. Não há perspectivas de obtê-los em órgãos federais para investimentos. Não vamos, aos choramingsos, cruzar os braços. É nestas cinzas que verdadeiramente se gerencia. Com dinheiro, tudo é muito fácil! A dificuldade nos habitua à racionalização e à priorização das necessidades administrativas e operacionais. Reconstruiremos com alicerces. Coloquemos a criatividade na prática. Vamos reduzir custos. Vamos buscar mecanismos práticos sem onerar. Vamos unidos fazer gerar superávit que será os recursos próprios, tão necessários à virada da Cedae. Enfim, atuem em tantos quantos outros procedimentos forem capazes de oxigenar a nossa Cedae ora asfíxiada. Vamos voltar a prestar, com qualidade, os serviços nobres do Saneamento Básico. É possível a virada e depende de nós. Essa será uma etapa preliminar. Não será o bastante. Temos que ter a sociedade querendo a Cedae pública.

A Superintendência de Teresópolis pode ser um espelho. Lá, o Prefeito já sancionou Lei para municipalizar, e a sociedade local está reagindo porque quer a Cedae pública. Como na Metrópole, não há, também, recursos financeiros, entretanto, mantém essa relação afetiva, o que nos vem ajudando muito na luta, lá.

O inimigo do Saneamento Básico é a privatização. Para tanto, está sendo articulada pelo FMI e o governo federal. É a força do capital volátil internacional, decorrente da especulação, em busca do lastreamento nos países endividados. O Brasil o é.



“É imprescindível a “virada”. Com isso, teremos a sociedade fluminense conosco. O governador e a sociedade, juntos, tornarão o estado forte e imune às pressões, até com caráter de chantagem, resistindo à ação predatória e à exploração econômica de um bem natural - a água.”

Anthony Garotinho governa um estado que, historicamente, é irreverente e, como tal, sempre foi oposição ao governo federal. Não irá ele contrariar essa natureza, inclusive retrocedendo na privatização do Saneamento Básico, corroborando com o projeto do FHC. Além do que, foi eleito por uma coligação partidária que repudia a privatização dos serviços essenciais e a doação do patrimônio público, com a submissão, conseqüente, do povo brasileiro ao colonialismo contemporâneo. A Cedae, nesse contexto, é o patrimônio público referido e ferramental do Saneamento Básico.

É imprescindível a “virada”. Com isso, teremos a sociedade fluminense conosco. O governador e a sociedade, juntos, tornarão o estado forte e imune às pressões, até com caráter de chantagem, resistindo à ação predatória e, conseqüentemente, à exploração econômica de um bem natural - a água.

Não há mais reservas. Falam-se abertamente no filão que representa a arrecadação da Cedae. A razão maior do interesse pela privatização está na metrópole, exatamente porque é ali que se concentra a sua força. A eles nada significa o abandono eminente que será imposto aos municípios do interior, que dependem do subsídio cruzado em face de sua condição econômica. Tal subsídio é mantido pela arrecadação global, com base na tarifa, decorrente da aplicação de custo total da Cedae e disciplinada por Lei, isto é, tarifa “gorda”. Não se ouve falar nas tentativas de privatização, em se recalcularem para tarifa local. Assim é “mole”, como foi na Região dos Lagos. Praticam a tarifa “gorda” e sobre ela reajustam. Vai ver que, por força de contrato, já foi reajustada. Nesse caso, já estará superior a tarifa praticada pela Cedae.

O perigo nos ronda. Está presente em Niterói, em Campos, em Teresópolis, em São João de Meriti e em Nilópolis. Estes já estão na guerra da privatização fatiada da Cedae. Enquanto que o governo federal se prepara para a guerra da privatização do Saneamento Básico nacional. São fortes, sabemos. Isto nos estimula e seremos vencedores, porque eles não terão a sociedade como aliada.

Mentem e distorcem os dados e fatos. O ex-presidente da Caixa Econômica, Sérgio Cutolo, em entrevista ao JB de 2 de maio último, deixou bem claro que é tolo mesmo! Isto é, diz tolices e é ingênuo. Perfil adequado para defender o projeto de FHC que, “ajojelhado”, prometeu ao FMI que tudo fará para “entregar” o saneamento básico das metrópoles à gestão do capital internacional.

Aquele novo vendedor, é capaz de querer convencer que a lua se esconde atrás das nuvens acanhada com os beijos ardentes dos

amantes ou que a lua é de São Jorge! Ora, está preocupado com as megalópoles brasileiras e não com o interior. Sintomaticamente, destacou os problemas do emissário submarino de Ipanema, localizado no Rio de Janeiro e dos rios Pinheiros e Tietê, em São Paulo. No primeiro, porque inviabilizou o banho de mar! No segundo, porque estão poluídos. Esqueceu ou não sabe da Poluição do Rio Paraíba do Sul, fonte primária do abastecimento de água de grande parte de sua “megalópole”. Será que foi porque a responsabilidade, ali, é federal? Mas, as conseqüências apontam para a catástrofe futura.

Em tom de lamento, responsabiliza as situações citadas, porque o setor é monopólio de empresa pública. Ele ainda não aprendeu que o saneamento básico é um monopólio natural, esteja ele na gestão pública ou privada. Como falou, deu a impressão de que privatizado, teremos diversas empresas cuidando do emissário submarino e dos Rios Pinheiros e Tietê e, certamente, do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Depreende-se, então, que teremos em uma só rua, atuando tantas quantas empresas forem escolhidas pelos usuários, como na distribuição de gás de cozinha nos subúrbios.

O saneamento básico é viável, mas se for na gestão privada, considerou!

Serão necessários R\$ 30 bilhões para investir em 10 anos. Pela defesa, só a iniciativa privada disporia de tais recursos. Logo, caiu em contradição ao esclarecer o surto de cólera em Paranaguá, no Paraná. Lá atua uma empresa privada no saneamento básico, que pelo contrato, constante do processo licitatório, assinado, não contempla o atendimento às áreas carentes, só o “filé mignon”. A empresa apiedou-se e o BNDES, órgão federal, curvou-se adiantando-lhe uma parcela de um financiamento que autorizara para investimento no “filé mignon”. A empresa “boazinha” socorreu a comunidade pobre, onde se instalara o cólera por falta absoluta de saneamento básico e onde está ausente a autoridade municipal. Realmente a privatização aumentará a cobertura do saneamento básico neste país que se vai empobrecendo!

Concorda, ele, que as estatais de Portugal e da Espanha, lá, são eficientes e geram resultados. Reconhece, entretanto, que as estatais brasileiras não são eficientes, porque a legislação complica! Nova contradição, pois já afirmara que o problema era de gerenciamento.

Vem fazendo estudos para embasar a ação nessa área e mostrará que 80% da área de Saneamento no Brasil é economicamente viável. Vai redescobrir a pólvora e a roda! O capital internacional está “careca” de saber disto, inclusive que tal viabilidade está nas metrópoles.

No seu “quiosque”, falta o produto “região interiorana”. Só depois que concluir as suas pesquisas é que vai constatar que os 20% de inviabilidade econômica, ali residem e que, por isso, ninguém quer correr risco em aplicação financeira. Que se “exploda” o pobre “provinciano”! Entretanto, ele serve para alguma coisa. É na hora de agravar a situação do Saneamento no Brasil. São incluídos para engordar as estatísticas e, com esses números, sensibilizar a opinião pública para a privatização, como panacéia. Os gastos do SUS - Sistema Único de Saúde - SUS -, na ordem de R\$ 300 milhões, não foram, com certeza, nas regiões metropolitanas, onde são raras as doenças de veiculação hídrica, tais como esquistossomose, cólera, tifo, hepatite e outras. O certo é que com privatização ou não o interior continuará gastando essa “grana” do SUS, porque falta vontade política.

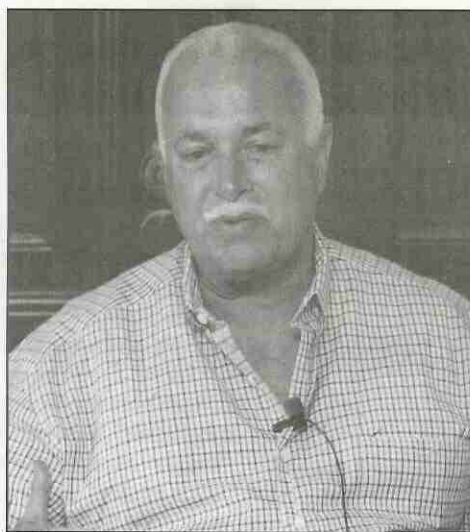
Todo o tempo o tom é econômico. É o governo federal agiota para com o próprio povo brasileiro. Empresta se houver garantias para receber e com juros. Como se trata de saúde pública e o dinheiro é do povo, porque o Brasil, por enquanto, é do brasileiro, a “dívida” será rolada. Pior que a rolagem é a doação do nosso dinheiro que ele faz para socorrer os bancos quebrados. É tão fissurado no econômico/internacional que confunde doença humana por falta de saneamento com saneamento de banco doente. Ao primeiro explora e ao segundo deixa-se explorar.

Haja espaço para registrar tantas distorções de dados e fatos!

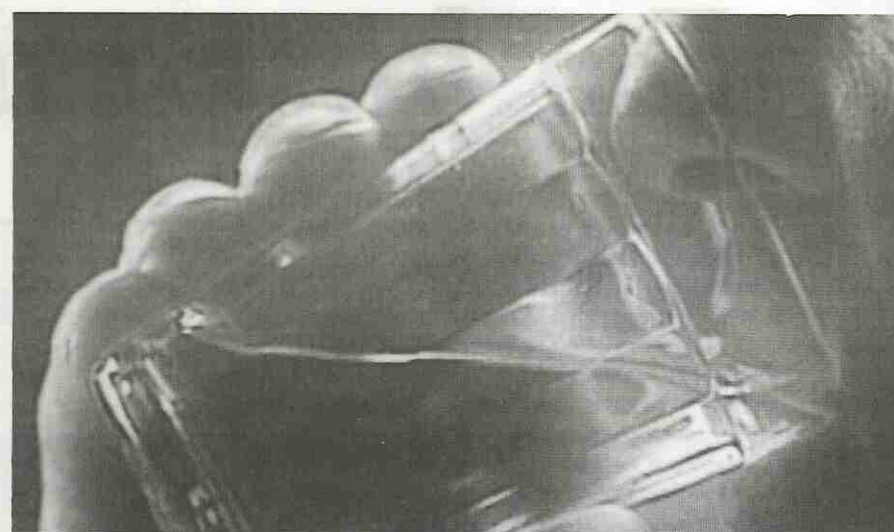
Dario Mondego

Dario Mondego
Presidente

A questão do Saneamento já cria polêmica dentro do próprio governo. FHC quer apressar a aprovação de lei para o setor e propõe alterações no projeto de José Serra



Mas o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (foto), garante que não aceita imposições do FMI para fazer cortes em investimentos sociais



FMI e Bird dão o

BRASÍLIA - Para atender as expectativas do Fundo Monetário Internacional - FMI - que exigiu, na assinatura do acordo da dívida externa, a privatização do Saneamento, o novo Secretário de Desenvolvimento Urbano e ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, está fazendo consultas a técnicos internacionais do Banco Mundial e juristas. O objetivo é concluir uma nova proposta de projeto de lei, que resolva os impasses jurídicos que dificultam a privatização do setor. Uma questão, ainda não resolvida, é se o governo federal deve elaborar um novo projeto de lei ou apresentar emendas ao projeto 266 do ex-senador e atual Ministro da Saúde, José Serra (PSDB-SP).

Ao participar de um debate com deputados na Comissão de Desenvolvimento Urbano, no último dia 26/04, na Câmara de Deputados, Sérgio Cutolo confirmou que o objetivo do governo é privatizar o Setor.

Segundo parlamentares do PSDB, a idéia é que a proposta do governo seja votada até o final deste semestre pelo plenário do Senado, mas continua suspensa da ordem do dia a pedido do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. O governo quer acabar com qualquer dúvida jurídica que atrapalhe o processo de privatização do setor de Saneamento Básico acertado no acordo com o FMI. "Só estou esperando o governo se entender para colocar novamente o projeto na pauta. Por mim, ele já estaria aprovado", anunciou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele se manifestou favorável à privatização da Embasa, empresa baiana de Saneamento, mas considera que a privatização do setor não pode ser uma imposição do FMI. "Não aceito fazer nada por imposição do FMI, muito menos cortes em investimentos sociais", declarou. O senador quer pressa na definição do governo sob a alegação de não deixar o Saneamento sem investimentos.

Questão legal

Pelo artigo 30 da Constituição, quando se trata de serviços locais a titularidade pertence ao município e, segundo técnicos da Secretaria de Política Urbana - Sepurb -, essa polêmica afasta os investimentos. Hoje, as 27 companhias estaduais atendem 3.821 municípios. Os demais têm serviços próprios de abastecimento, sendo que os concessionários privados estão presentes em apenas 32 municípios.

Esse poderoso filão estimulou a nova ofensiva do governo para acelerar a privatização do setor, que foi acertada no início do ano com o FMI, como uma das medidas de ajuste fiscal a serem adotadas pelo país para enfrentar a crise financeira. No memorando de Política Econômica, firmado entre o governo brasileiro e o FMI, no dia 8 de março de 1999, foi decidida a ampliação do programa de privatização das estatais do setor. "A moldura legal para a privatização e concessão dos sistemas de água e esgoto está sendo preparada", diz o memorando do FMI, que estima em R\$ 27,8 bilhões a receita to-

tal do programa global de privatização para este ano, o equivalente a 2,8% do PIB. Mas no dia seguinte, ao firmar o memorando, o presidente FHC solicitou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que colocasse o projeto de Serra na ordem do dia. Estava tudo pronto para a votação, quando o próprio governo recuou. Juntos, o deputado Roberto Brandt (PSDB-MG) e o senador Paulo Hartung (PSDB-ES), ex-presidente do BNDES e ex-prefeito de Vitória, decidiram reestudar o texto do projeto de Serra, para tornar mais clara a definição sobre a titularidade do sistema, que vem provocando polêmica entre estados e municípios. O Saneamento Básico - água tratada, coleta e tratamento de esgotos - necessita de R\$ 39 bilhões de investimentos nos próximos 10 anos, quase o dobro do que foi gasto nos últimos 10 anos.

O senador Paulo Hartung pediu um levantamento de todos os projetos sobre o assunto e garantiu que não existe nenhuma emenda constitucional tramitando na Câmara ou no Senado sobre a questão da titularidade e nem considera essa providência necessária para acabar com as dúvidas. Segundo o senador, "a matéria é intrincada e necessita de mais estudos, mas as dúvidas podem ser resolvidas sem a necessidade de emenda constitucional", disse Hartung. No Senado, o projeto de Serra já foi modificado em parecer do então senador e constituinte Josaphat Marinho (PFL-BA), que apresentou um substitutivo ao projeto de Serra, aprovado nas comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos do Senado.

O substitutivo de Josaphat Marinho estabeleceu a "titularidade compartilhada" entre estados e municípios nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e micro regiões. Mas se houver um só município, a titularidade fica mantida a critério da prefeitura. "Coloquei estados e municípios no mesmo balaio, criando a figura da cooperação", explicou Josaphat. A proposta do ex-senador, que não se reelegeu no último pleito, estimula a criação de consórcios.

O governo não se conformou com o substitutivo e quer manter o projeto de Serra como proposta básica, após esclarecer todas as dúvidas jurídicas sobre a questão da titularidade, com nova redação para o substitutivo do ex-Senador Josaphat Marinho, revelou Brandt. A idéia é restabelecer a proposta original de Serra, onde a titularidade era do Estado, bastando a aprovação de uma lei pela Assembléia Estadual. "Josaphat fez uma engenharia legislativa fantástica. A proposta de competência compartilhada não é uma solução



ruim. Queremos apenas estudar se existem outras opções", avaliou o deputado Roberto Brandt. "O problema é que vai exigir muito mais negociação política. Se a competência pudesse ser somente do estado seria melhor. Também queremos uma lei que não seja contestada no Supremo Tribunal Federal", comentou Brandt. O deputado informou que o governo já excluiu a possibilidade de apresentar uma emenda constitucional para acabar com as dúvidas jurídicas. "Demandaria muito tempo e não há necessidade", alegou.

Agência reguladora

O parecer do senador Josaphat Marinho já afasta a necessidade de emenda constitucional, quando se trata de exploração de serviços em regiões metropolitanas, disse Brandt. Ele quer abrir o debate à criação de uma agência reguladora de águas. "Ela jamais será federal. Seria uma agência entre estados e municípios. Mas não queremos deixar solto o processo. Vamos criar mecanismos para proteger os consumidores", defendeu Brandt.

Outro problema é o futuro das companhias estaduais. "O governo não pretende mais usar o BNDES ou a Caixa Econômica Federal para financiar as estatais de Saneamento", confirmou Brandt, que se transformou no interlocutor do presidente Fernando Henri-

É um escândalo privatizar a água. Nos lugares onde os serviços de Saneamento Básico foram privatizados, as endemias aumentaram junto com as tarifas

Prefeitos de todo o país estão reagindo contra o projeto de lei do ex-Senador e atual ministro da Saúde, José Serra, que transfere aos estados a titularidade do Saneamento nas regiões metropolitanas



Políticos acham que existe um vácuo na discussão e partidos de oposição já buscam alternativa: "estão tratando da titularidade sem discutir o princípio da universalidade."

tom das mudanças



viço local, a competência é claramente do município que deve sempre ter a última palavra na questão da titularidade", defendeu Salomão. Para ele, o presidente Fernando Henrique e o FMI "querem abrir as portas da privatização do setor para endividar mais ainda o país", declarou. O deputado acredita ainda que as mudanças no projeto de Serra terão como finalidade prioritária criar condições para a privatização da CEDAE.

O pedetista rebateu o argumento de Brandt de que o governo não vai mais financiar às empresas de Saneamento e por isso se torna indispensável apressar a privatização do setor. "Os investimentos na área de Saneamento feitos pelo governo federal são recursos dos trabalhadores, provenientes do FGTS já previstos para habitação e Saneamento", frisou Salomão.

Já a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) acha que a posição do governo Fernando Henrique de pressionar o governo do Estado do Rio de Janeiro a privatizar a CEDAE não vai parar. "É uma pressão insuportável sobre o governador", denunciou a deputada. Jandira defendeu a posição de Garotinho de resistir às pressões e

elogiou a atitude de Cabral Filho, ex-presidente da Alerj, que colocou em votação o projeto que tirou a CEDAE do programa de privatização do governo estadual.

"É um escândalo privatizar a água. Água é bem público, pertence à União", disse Jandira. A deputada teme que a simples municipalização da titularidade possa favorecer o processo de privatização. Segundo a deputada os municípios estão endividados e os prefeitos estão encontrando dificuldades para resistir às pressões privatistas.

Jandira se manifestou a favor da "titularidade compartilhada", proposta pelo ex-senador Josaphat Marinho. "Adotar a titularidade com co-participação é um avanço", avaliou a deputada. Para ela, o fato de o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ter retirado o projeto de pauta para permitir novas alterações vai favorecer uma nova articulação entre os setores interessados. "Vamos agora nos reunir para discutir alternativas - governadores, sindicatos dos urbanitários, dos engenheiros e todos os envolvidos", defendeu Jandira. "Essa discussão é antiga e precisa evoluir", acrescentou. "Quem está querendo privatizar não vai colocar água na periferia, e ainda vai aumentar as tarifas", previu Jandira. Para ela, o substitutivo de Josaphat deve ser discutido com boa vontade pelas oposições.

Câmara prepara projeto alternativo

A subcomissão de Saneamento, ligada à Comissão de Desenvolvimento Urbano, está preparando um projeto alternativo a ser apresentado à proposta do ex-Senador José Serra. A decisão poderá provocar um confronto entre Câmara e Senado, governo e oposições. As oposições comandam o processo na Câmara.

O deputado Sérgio Novais (PSB-CE) disse que o setor de Saneamento Básico "está à deriva". Desde o fim do Planasa, e do BNH, não há política de Saneamento Básico para o país. O deputado relembrou o veto do presidente Fernando Henrique, no primeiro dia de mandato do seu primeiro governo, ao Projeto da Política Nacional de Saneamento, cujo texto havia sido fruto de acordo entre a Abes, Assemæ, Federação Nacional dos Urbanitários, AESB, além dos fabricantes. "A finalidade do veto foi acelerar a privatização do setor", informou Novais. Para ele, o projeto de Serra é um "retrocesso na política de descentralização da saúde, iniciada pelo SUS". "O governo está na contramão", diz Novais.

O deputado disse que está aberto a discutir a proposta de "gestão compartilhada" entre estados e municípios, sugerida por Josaphat Marinho. "Acho que se não houver outra alternativa, vamos apoiar a proposta de Josaphat", informou Novais. "Mas se o próprio governo não está se entendendo, cabe a nós deputados encontrar uma alternativa para evitar a privatização do setor proposta pelo FMI", defendeu Novais.

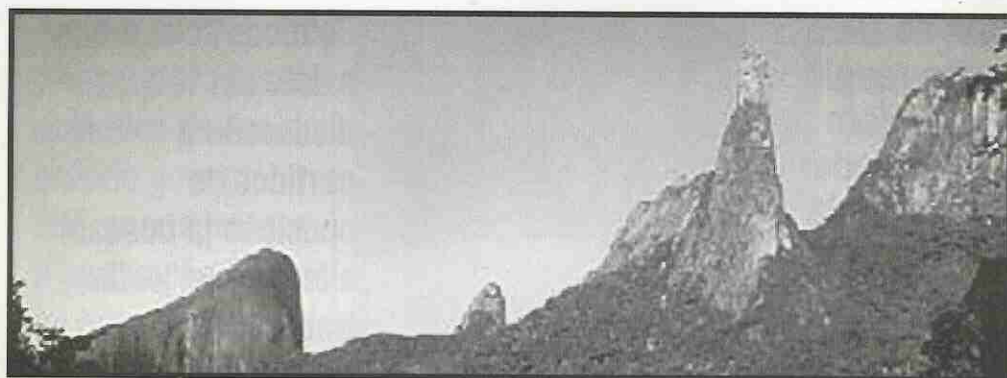
Por este motivo, a Câmara dos Deputados criou a subcomissão de Saneamento. E o próximo passo será a realização de debates, audiências públicas e seminários, para esgotar os debates sobre as propostas. Está prevista, ainda, a realização da Conferência Nacional de Saneamento, em setembro, envolvendo todas as entidades do setor para conseguir um modelo definitivo de financiamento. A Câmara dos Deputados aguarda ainda o pronunciamento do Congresso Nacional da ABES, marcado para maio, no Rio, e depois, em julho, da Assembleia geral da Assemæ. "Teremos um quadro completo e propostas definitivas para a questão da titularidade para contrapor ao projeto de Serra", informou Novais. Para o deputado, o setor é essencial à saúde pública e não pode ficar subordinado às leis de mercado.

Novais adiantou que o objetivo do projeto que começa a ser gerado na Câmara dos Deputados é propor uma nova política de Saneamento Básico definindo percentuais obrigatórios para a aplicação de recursos do FGTS e do BNDES. "Hoje os recursos do governo para Saneamento Básico estão suspensos. Há um vácuo. Estamos tratando da titularidade sem discutir o princípio da universalidade do fornecimento de água e coleta de esgoto", afirmou o deputado. Ele se manifestou contrário à privatização, mesmo com a criação de agências reguladoras, "são muito ruins. Não tem cumprido o papel que lhes foi determinado no processo de privatização".

que para o assunto na Câmara dos Deputados. Para ele, "mais financiamentos às empresas de Saneamento significaria aumento do déficit público", declarou o deputado. "Mas é preciso criar mecanismos de transição para garantir o destino dessas empresas", sugeriu Brandt. "Sem as regras de transição o futuro das empresas estaduais é incerto", admitiu o deputado tucano. Ele se manifestou a favor de parcerias entre essas empresas e a iniciativa privada. O governo estuda a possibilidade de dar autonomia aos estados para decidir o destino de suas companhias estaduais, podendo desmembrá-las, vendê-las, ou até mesmo fechá-las. No caso da Copasa, a empresa mineira de Saneamento Básico, Brandt explicou que a atitude do governador Itamar Franco de querer vender 49% significa que "ele está querendo dinheiro para fazer caixa", comentou.

Barreiras e pressões

Mas os partidos de oposição estão dispostos a barrar o projeto de Serra, se ele vier a ser aprovado no Senado. O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) anunciou, por exemplo, que novas ações de inconstitucionalidade já estão em estudo, para contestar a proposta até no Supremo Tribunal Federal. "Não temos dúvidas de que o STF vai considerar a proposta de Serra inconstitucional", comentou Salomão. "Sendo ser-



Teresópolis adere à luta

Câmara Municipal aprova Lei que municipaliza o Saneamento na cidade e abre nova frente de luta dos técnicos e da sociedade organizada contra manobras do prefeito Mário Tricano para privatizar a Empresa

Um encontro reunindo representantes da comunidade local, líderes empresariais, políticos e técnicos da área de Saneamento Básico será realizado no próximo dia 24 de maio, em Teresópolis, para discutir a decisão da Câmara Municipal da Cidade, que votou e aprovou mensagem do prefeito Mário Tricano, transferindo ao Executivo Local os serviços de abastecimento de água, operados pela CEDAE.

A iniciativa foi tomada em conjunto pela ASEAC, Sindicatos dos Trabalhadores de Água e Esgotos, dos Engenheiros, CREA, Sindicato dos Engenheiros e outras entidades ligadas ao setor, com apoio do Deputado Federal Luiz Ribeiro (PSDB), e do deputado estadual Newton Salomão (PSB) que vêm na medida uma tentativa de abrir caminhos para a privatização de serviços que são de interesse essencial da comunidade e devem ser preservados sob a gestão do Poder Público.

O deputado Luiz Ribeiro se reuniu no último dia 16 de abril, em sua residência, em Teresópolis, com várias lideranças de classe dos profissionais de Saneamento do Estado, entre os quais o presidente da ASEAC, Dario Mondego, e o vice-presidente, Paulino Cabral da Silva, para examinar a Lei 09/99 aprovada pela Câmara Municipal. Durante o encontro, o parlamentar considerou a lei proposta "ilegal e imoral", principalmente num município onde o trabalho da CEDAE é apontado como modelo para outras regiões do Estado do Rio e do país. Luís Ribeiro se posicionou abertamente contrário à privatização de serviços públicos de interesse social, em especial, do setor de Saneamento Básico, não apenas em Teresópolis, mas em todo o país. No seu entendimento os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário carregam, em si, um componente social muito forte, que compromete a sua operação por empresas do setor privado, cujo objetivo é meramente o lucro. "Tenho um compromisso com a CEDAE de ficar atento a qualquer movimento no sentido de privatizar a Companhia e vou honrar", disse ele.

Análise Jurídica

Durante o encontro com os representantes do setor, o político tucano informou que, por iniciativa própria, mandou fazer uma análise da lei que transfere à prefeitura o controle sobre os serviços de abastecimento de Teresópolis, com base nas leis federais que regem a prestação de serviços, as concessões e as licitações públicas. Ele fez questão de afirmar que, numa primeira análise, foram encontradas várias falhas legais e distorções na Lei, que omite alguns artigos fundamentais em regime de concessão.

"Na verdade, o que o prefeito Mário Tricano está fazendo é avocar para si todos os poderes. Em um primeiro momento, ele municipaliza o sistema de água e, como a prefeitura não tem capacidade para operar o sistema, implanta uma empresa laranja para preparar um projeto e comandar o que restar da Superintendência de Teresópolis da CEDAE, a SURTE. Com isso, Tricano ganha tempo para preparar sua estratégia para privatizar a Empresa, porque depois de municipalizados os serviços, fica fácil transferi-los à iniciativa privada, pois atualmente, ele não teria como justificar isso perante a população, que é bem atendida. Basta ir ao Procon de Teresópolis e comprovar", garantiu o deputado. "Como político e cidadão, quero mostrar a imoralidade e a má intenção que estão por trás dessa lei do prefeito", disse Luiz Ribeiro.

O presidente da ASEAC aproveitou o encontro com o

deputado tucano para fazer uma detalhada exposição sobre a qualidade técnica dos serviços prestados pela CEDAE em todo o Estado do Rio e dos profissionais que integram a Companhia, "que foi modelo para a implantação de inúmeras empresas de Saneamento em todo o Brasil e em alguns países da América Latina". Segundo Dario Mondego, a situação de Teresópolis, preocupa um pouco mais, pelo fato de, além dos serviços serem apontados como modelo de qualidade da Companhia, a prefeitura, por não estar preparada para assumir a sua operação, vai colocar a sociedade num caminho sem volta de perda de qualidade no atendimento, se transferir a empresa ao setor privado".

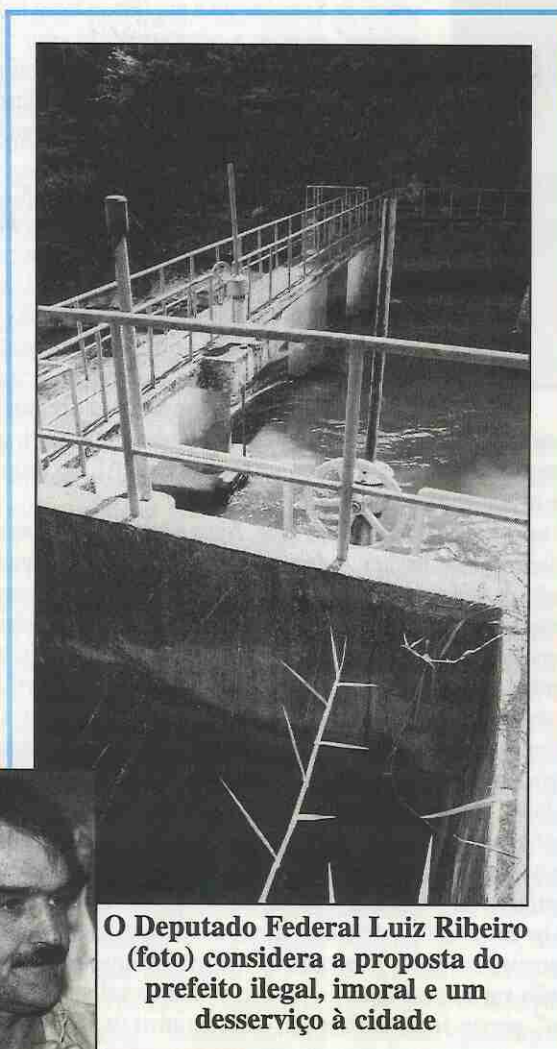
Em seguida, chamou atenção para o fato de que os técnicos da própria CEDAE defendem mudanças na atual estrutura gerencial, de forma a descentralizar e adequar a Empresa, em todo o Estado, aos novos padrões de qualidade exigidos pela sociedade. Mas lembrou que o caminho da privatização, longe de ser uma solução para o problema, coloca em risco, principalmente, o atendimento às camadas menos favorecidas da população, pois qualquer empresa privada que assumir o sistema vai querer aumentar tarifas e fornecer água para quem pode pagar, como vem acontecendo em vários países onde a experiência foi implantada. "Isto, no momento em que estamos defendendo a readequação da estrutura de custos da produção de água nas cidades do interior, de forma a viabilizar uma redução nas tarifas, não um aumento", afirmou.

Mobilização

O Fórum de Debates já ganhou apoio de praticamente todas as entidades de classe ligadas ao setor de Saneamento. A proposta do deputado Luiz Ribeiro e das lideranças encarregadas de organizar o evento é abrir o diálogo com a população local, no sentido de mostrar os riscos que, certamente, todos correrão, inclusive os de classes mais privilegiadas, se o prefeito da cidade conseguir levar seu projeto adiante. "No caso da coleta de lixo, a população já terá que pagar taxa de limpeza urbana, autorizada pela mesma lei do prefeito Mário Tricano", explicou Luiz Ribeiro.

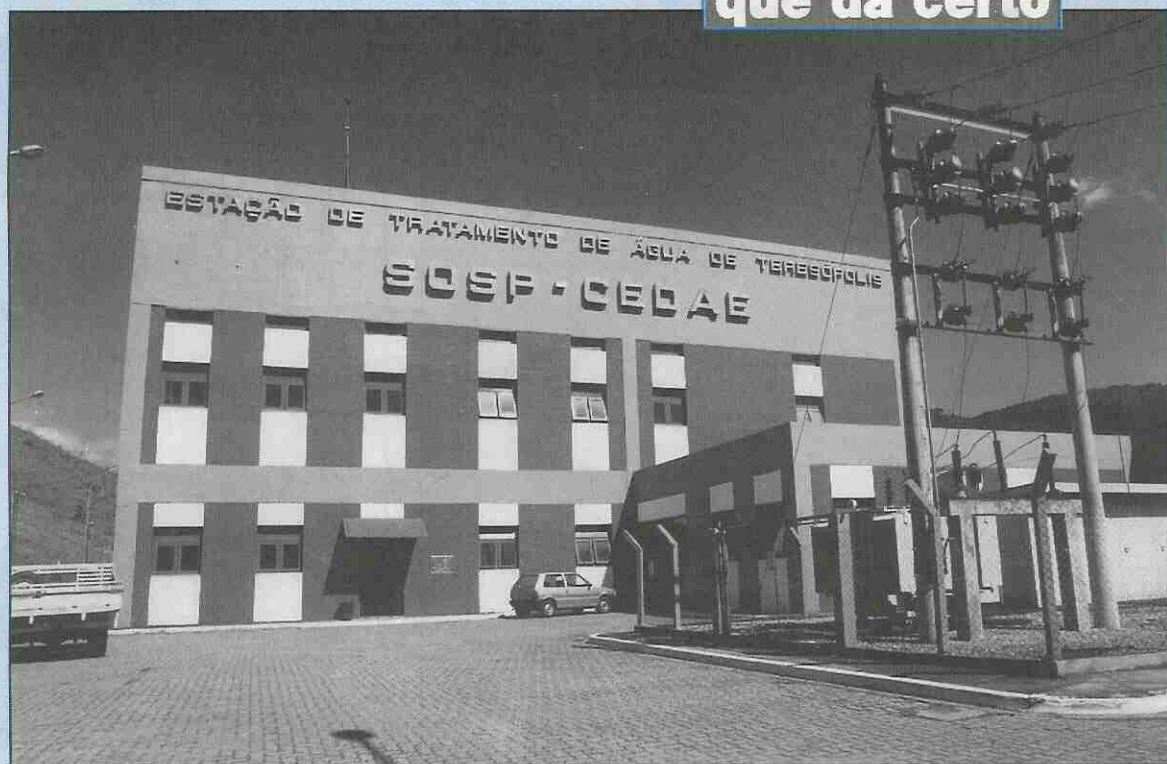
Numa fase preparatória, os técnicos ligados à ASEAC pretendem conversar com as associações de moradores locais, mostrando a importância da sua participação na discussão do assunto, uma vez que a sociedade normalmente é grande prejudicada com as privatizações. "Aqui na região serrana, nosso grande problema é a Telerj, cujos serviços depois de privatizados pioraram assustadoramente", disse o deputado Luiz Ribeiro. Sem falar que, tal iniciativa só serve para tirar renda da cidade, o que não podemos permitir, de maneira alguma. Além disso, o deputado acha que o exemplo de Teresópolis pode "abrir o olho" das populações de outras cidades, para o perigo de se privatizar serviços essenciais de interesse social, como o abastecimento de água.

Na parceria proposta, o deputado do PSDB quer incorporar ações jurídicas e palestras às associações de classe empresariais da cidade. Luiz Ribeiro se comprometeu, também, a convidar o próprio prefeito Mário Tricano e os vereadores para participarem dos debates. "Principalmente os vereadores, até porque, os boatos que correm pela cidade é de que eles teriam sido subornados para aprovarem a mensagem e precisam se defender" e outros afirmaram, depois, que nem sabiam direito o que estavam votando (a mensagem foi aprovada por 18 votos, sendo que três vereadores não compareceram à sessão).



O Deputado Federal Luiz Ribeiro (foto) considera a proposta do prefeito ilegal, imoral e um desserviço à cidade

**A CEDAE
 que dá certo**



No pequeno número de queixas no Procon de Teresópolis, a maior prova da importância de se preservar a Companhia sob gestão pública

Quem tiver o cuidado de ir ao Órgão de Defesa do Consumidor de Teresópolis - o Procon - e perguntar pelo número de reclamações feitas contra o atendimento da CEDAE na cidade, vai se surpreender ainda mais com a intenção do prefeito Mário Tricano de municipalizar os serviços e, posteriormente, operá-los através de concessão à iniciativa privada: durante todo o ano passado, apenas três queixas foram registradas por consumidores da Companhia, contra dezenas de outras de usuários de outros serviços públicos.

Este número se torna ainda mais expressivo, se considerarmos o universo de atendimento da Superintendência de Teresópolis - SURTE - ligada à Diretoria do Interior da CEDAE, que abastece cerca de 220 mil pessoas em 10 Municípios da Região Serrana, dividida entre a Zona Norte (Bom Jardim, Duas Barras, Sumidouro, Cordeiro, Macuco, Cantagalo e São Sebastião do Alto), Zona Sul (Paraíba do Sul e Sapucaia) e a cidade sede (Teresópolis), onde são atendidas quase 130 mil pessoas. Sem falar da população flutuante que lota a cidade nos meses de férias escolares, verão, feriados e finais de semana, exigindo um esforço maior da Companhia para garantir o abastecimento, em especial no inverno, quando o período de estiagem prejudica a situação dos mananciais locais.

Dona do maior índice de hidrometração entre todas as unidades regionais da CEDAE no Estado - cerca de 86% - a cidade de Teresópolis mantém 19.878 ligações, das quais apenas 2.750 não são medidas.

Esse total representa 40.695 economias, entre as quais, 37.563 residenciais, 2.744 comerciais, 183 industriais e 205 públicas, sendo que todas as ligações industriais são hidrometradas. Mesmo assim, o problema já está sendo equacionado internamente pela CEDAE, através da Superintendência de Expansão e Controle do Interior (Supec), que está preparando uma licitação para poder completar os 14% restantes, hidrometrando todo o sistema.

Do universo da população local, mais de 90% são atendidos com água de boa qualidade. A SURTE só não conseguiu ainda superar este índice e se aproximar dos 100% de cobertura, porque a Caixa Econômica Federal - CEF - não liberou os recursos destinados a complementar a rede para cerca de três mil pessoas restantes - cerca de R\$ 1,9 milhão - embora os projetos tenham sido devi-

damente aprovados. Com a implantação deste projeto, serão atendidas as comunidades dos bairros "Vale da Revolta", "Quinta Lebrão", "Morro da Coréia", "Matadouro" e parte alta da "Fonte Santa".

Outro ponto que coloca em posição de destaque a unidade é o índice de evasão, que também é um dos menores de todo o Estado: cerca de 20%, em toda a área de influência da Superintendência. A meta da nova direção da Empresa é chegar a 5%, no máximo, o que poderá ser viabilizado em Teresópolis com o início de um programa de combate às perdas que a SURTE dará início nos próximos meses, devendo alcançar o índice planejado a partir do oitavo mês de execução do Plano.

Ao todo, apenas 125 empregados cuidam do Sistema de Abastecimento da CEDAE em Teresópolis, sendo que desses somente 86 trabalham, exclusivamente, para a cidade, já que os demais atendem, também, as necessidades dos demais municípios cobertos pela SURTE. O Sistema local produz cerca de 1 bilhão e 100 milhões de litros/mês de água potável de boa qualidade (38,8 milhões de litros/dia). A ETA principal, equipada com sistema completo de tratamento, tem capacidade para produzir 600 litros/segundo, embora, para atender a demanda atual, necessite apenas operar com uma vazão de 270 litros/seg., suficientes para garantir o abastecimento de 60% da população local. O restante é complementado pelos sistemas de barragens, privilegiado por inúmeros mananciais (Triunfo, Ingá, Cascata dos Amores, Penitentes, Jacarandá e outras três no Parque Nacional). No total, o Sistema conta com 38 elevatórias, necessárias para vencer os obstáculos naturais da Região Serrana, além de uma segunda ETA menor (Granja Lourdes), com capacidade para 15 litros/seg.

A frota de veículos que atende a cidade, embora seja antiga, também é a mais bem conservada de toda a Empresa, graças ao esforço e dedicação dos próprios empregados, que tratam as 12 viaturas leves e três pesadas como se fossem suas, pessoais. Além, é claro, da manutenção permanente - da qual a Superintendência não abre mão - feita em oficina própria da Companhia. A SURTE mantém também uma unidade para conserto e aferição de hidrômetros, o que lhe garante rapidez e agilidade no atendimento da maioria das solicitações dos clientes.

SANEAMENTO EM NITERÓI

Tentativa de ocupação da SURLE vai novamente por água abaixo

Uma nova tentativa da prefeitura de Niterói de ocupar, à revelia da lei, as unidades da CEDAE levou a ASEAC e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói a reiterarem na justiça a ilegalidade do "Termo Aditivo" ao convênio assinado entre o ex-governador Marcello Alencar e o prefeito Jorge Roberto da Silveira, transferindo a operação do Sistema local à concessionária privada Águas de Niterói.

Patrocinada pelo advogado e jurista Marcello Cerqueira, o objetivo da ação é reforçar o pedido de liminar que as duas entidades haviam impetrado junto ao Juiz da 7ª Vara de Fazenda Pública, solicitando o cancelamento do convênio assinado entre o governo passado e a prefeitura, no último dia 30/12, um dia antes do final do mandato do chefe do Executivo estadual. Entre outras coisas, a ação argumenta que a própria cláusula oitava do convênio, publicado às vésperas do leilão da Empresa, em novembro, e substituída através de um aditivo, anula o documento, na medida em que determina a sua rescisão no caso de não ocorrer a concessão dos serviços públicos de Saneamento nos demais municípios da Região metropolitana, o que de fato não ocorreu.

Contudo, no último dia 14 de abril, a prefeitura e a concessionária Águas de Niterói tentaram, novamente, ocupar a sede da CEDAE do Município, depois de enviarem ao presidente da Empresa, Marcos Helano Montenegro, ofícios, em tom de ameaça, reclamando "incontínente acesso" dos representantes municipais e de sua suposta concessionária àquelas instalações. Além disso, o documento exigia o fornecimento dos dados técnicos necessários à posse dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento dos esgotos sanitários nos limites territoriais de Niterói.

Segundo o advogado Marcello Cerqueira, o ofício enviado à direção da CEDAE pela concessionária privada é ainda mais abusado. Nele se afirma que, "tendo em vista, passados mais de dois anos, não termos obtido resposta ou atendimento factual à nossa solicitação, servimo-nos da presente para lhes dar ciência de que estaremos nos dirigindo, no dia 15 de abril próximo, às 10 horas, à rua Marquês de Paraná, nº 106 a 110, instalação pela qual iniciaremos a vitória de todas as demais e bens...". Acompanhados do secretário de Serviços Públicos do Município, José Roberto Mocarzel, os representantes da empresa Águas de Niterói cumpriram a promessa, mas como não apresentaram documentos oficiais da direção da CEDAE e nem ordem judicial, o Superintendente da unidade, Paulo Bezerra, impediu o acesso deles às dependências da Companhia.

Além disso, os representantes da empresa Águas de Niterói foram também rechaçados pelos empregados da SURLE, que formaram uma grande fileira nas portas da Superintendência. Esta "resistência civil" foi aprovada pelo presidente da Companhia, Marcos Montenegro, que também não concorda com os artifícios utilizados pelo município para assumir os serviços de Saneamento local.

Para Cerqueira, "os contratos e aditivos são ilegais e não obrigam os empregados da CEDAE a cumprí-los, "a não ser por ordem judicial". Acrescenta que, mesmo que os contratos fossem válidos - "e não o são" - a prefeitura, em vista da recusa da CEDAE em ceder as instalações de sua responsabilidade, deveria requerer ordem judicial para a posse e não fazer e reiterar ameaças de ocupação. O jurista esclarece em seu requerimento à justiça que "os empregados da Companhia não podem compactuar com as ilegalidades e estão dispostos a resistir, não transferindo os serviços que operam e temem um confronto em Niterói, que pode trazer graves conseqüências".

Ao finalizar, Marcello Cerqueira afirma que "a responsabilidade dos servidores da CEDAE não se esvai com a entrega irresponsável de bens e serviços públicos que estão sob sua guarda" e reiteram a justiça a suspensão do termo aditivo, até a decisão final sobre a nulidade do convênio.

As aparências enganam

Sérgio Augusto de Moraes*

Se alguém de bom senso perguntar-se o porquê da insistência da mídia e do governo FHC na privatização dos serviços públicos brasileiros vai ter dificuldades em encontrar as verdadeiras razões.

A primeira coisa que surge, badalada dia após dia pelos jornais, é que as privatizações são indispensáveis para melhorar a qualidade daqueles serviços. Mas como? Os apagões das Light causam prejuízos em cascata, a Cerj é uma calamidade e o carioca sente saudades da Telerj. Então, não é por aí, pensará o sensato cidadão.

Diz FHC, que, além de presidente é professor de renome, que é para equilibrar as contas públicas. Aí, nosso cidadão vai conferir com a receita fabulosa das privatizações, feitas no primeiro quadriênio, a dívida externa, que no início do Governo FHC era de US\$ 150 bilhões, pulou para US\$ 230 bilhões em 1998; no mesmo período, a dívida interna que, no início correspondia a 12% do PIB, passou para R\$ 350 bilhões, aproximadamente, 30% do PIB. Por aí, também não é, não faz sentido, dirá.

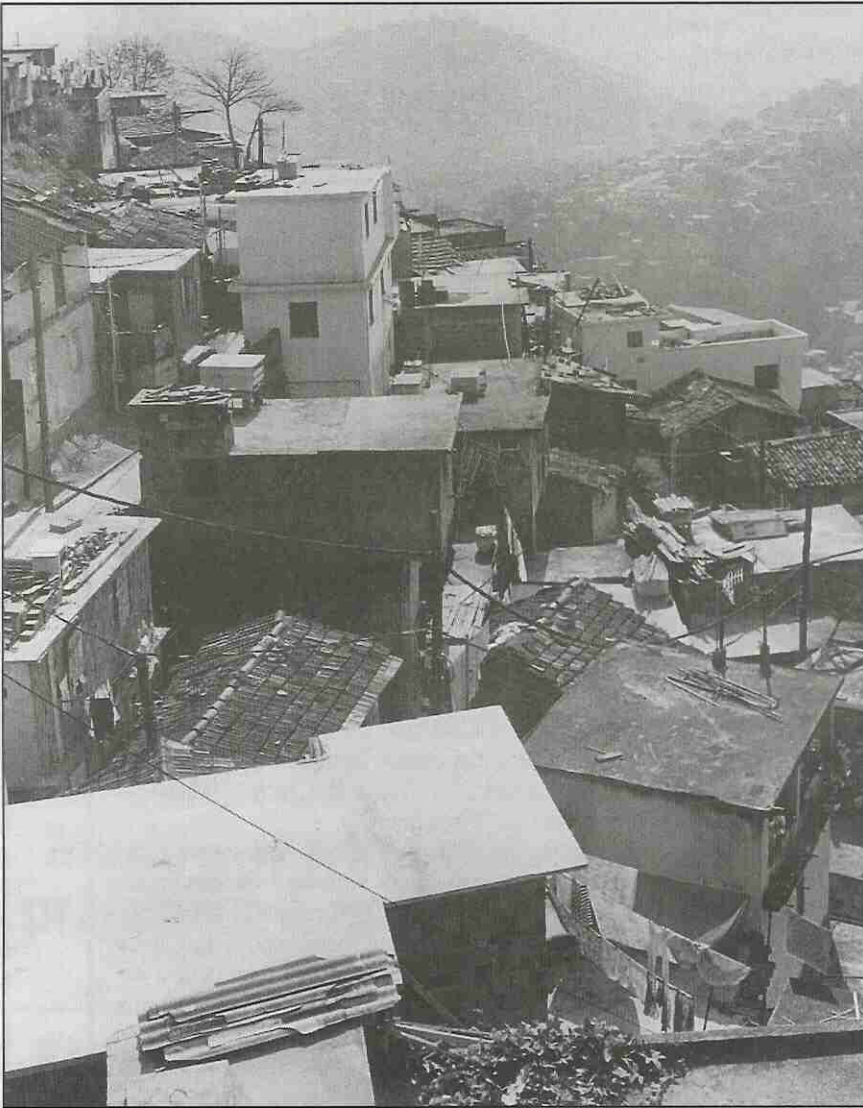
Bem, argumentará um economista famoso, que fala inglês melhor do que o português, as privatizações são indispensáveis, porque o Estado esgotou sua capacidade de investimento. Mas como, se o BNDES, que é o estado, empresta dinheiro a juros subsidiados para concessionários dos serviços públicos, desde que privatizados? Não, isto não bate, concluirá nosso cidadão.

Bem, dirá algum desconfiado, tem o acordo com o Fundo Monetário Internacional! Aí a coisa começa a pegar no breu. Vejamos o que diz o item 27, totalmente dedicado à questão das privatizações, do Memorando de Política Econômica assinado pelo Governo Federal com o FMI, em março deste ano: "... a moldura legal para a privatização e concessão dos sistemas de água e de esgotos está sendo preparada".

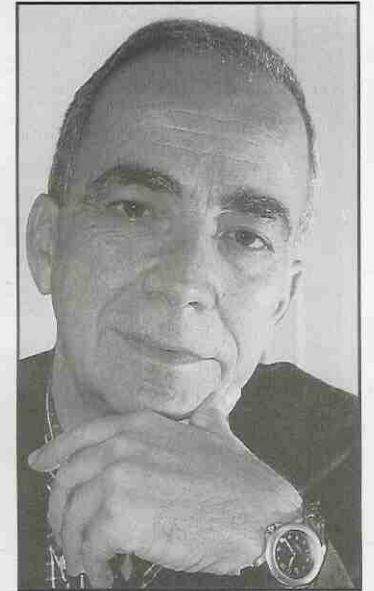
Dito assim parece que o Governo Federal e o FMI se preocupam somente com a legislação do setor de Saneamento. Mas o que está sendo montado é um poderoso esquema de pressão para obrigar os estados e municípios a privatizarem seus serviços de água e esgotos. O BNDES vai lhes oferecer empréstimos para aliviar seus problemas financeiros. Mas tal dinheiro só virá se for carimbado como antecipação da receita de privatização ... dos serviços de saneamento. O FMI mantém as aparências. O BNDES faz o trabalho sujo.

Dentre os objetivos estatutários do FMI consta "... manter a estabilidade financeira internacional e garantir que os avanços econômicos incluam também os elementos mais pobres e desamparados da sociedade". Quem lê pode até se impressionar. Mas os fatos não concordam com esta afirmação: com a política econômica do governo FHC, com todas as privatizações que ele vem fazendo, aplicando rigorosamente a receita do FMI, o desemprego não cessa de crescer, batendo recorde atrás de recorde. Não, esse negócio de preocupação com os pobres é conversa, somos obrigados a concluir.

Mas tem a tal da "... estabilidade financeira internacional". Este é o centro das preocupações do Fundo, a coluna vertebral de sua atividade desde que nasceu; em termos mais simples, isto significa preocupação com a segurança



A receita do FMI, seguida à risca por FHC, só trouxe mais desemprego e miséria



"O BNDES oferece empréstimo aos estados, mas este só é liberado se for carimbado como antecipação da receita da privatização. O Fundo Monetário Internacional mantém as aparências e o BNDES faz o trabalho sujo."

dos investimentos com a margem de lucro dos grandes grupos financeiros internacionais.

Hoje, uma dessas preocupações é a separação que vem se estabelecendo entre a parte puramente financeira, virtual, e a parte real da economia mundial: dos quase US\$ 1,5 trilhão (hum e meio trilhão de dólares), que representam as transações financeiras diárias na economia mundial, somente 1% (hum por cento) é empregado na criação de novas riquezas. Os outros 99% são de natureza especulativa.

O risco cresceu muito para aqueles grandes grupos. Para colocá-lo num patamar razoável, é preciso ancorar em ativos reais um percentual maior desta gigantesca soma de dinheiro virtual, sob pena de, na eventualidade de uma crise financeira internacional,

boa parte deste dinheiro virar pó. É aqui que entram os serviços públicos dos países em desenvolvimento. Com a liberdade e as facilidades que os governos submissos lhes dão, conseguem, explorando tais serviços, uma taxa de lucro muito maior, comparada com a obtida nos países de origem (França, Inglaterra, EEUU etc.), além de constituírem uma boa âncora na economia real.

É também por isso que as pressões pela privatização dos serviços de saneamento não se reduziram, mesmo com a eleição de governos estaduais comprometidos com a empresa pública. Vai ser necessário juntar muita força e competência política para resistir.

*Sérgio Augusto de Moraes é engenheiro-consultor